IOSR Journal Of Humanities And Social Science (IOSR-JHSS)
Volume 29, Issue 12, Series 10 (December, 2024) 01-05
e-ISSN: 2279-0837, p-ISSN: 2279-0845.
www.iosrjournals.org

Educação Inclusiva: O Papel Das Políticas Públicas Para A Inclusão De Alunos Com Autismo Nas Escolas

Reinaldo Dias Caldas
University Internacional -Unilogos

Wagner Roberto Batista
Universidade Federal Do Triângulo Mineiro - UFTM

Liane Diniz Knak
Centro Universitário Leonardo Da Vinci-Uniasselvi

Eliane Batista Da Silva
Universidade Do Estado De Mato Grosso- UNEMAT

Lucas Manrique Rodrigues
Universidade Federal De Goiás

Hellen Christiny De Miranda Rocha
Faculdade Iguaçu

Cristiane Gonçalves Moreira
UFSM

Pollyana Dos Santos Lindoso
Universidade CEUMA

Fernanda Siquini Valenciano
Unoeste

Marcela Zoratti de Souza
Universidade do estado de Mato Grosso- UNEMAT

Clara Rodrigues De Brito
Universidade De Marília- Unimaro

Resumo:
Esta pesquisa teve como objetivo analisar o papel das políticas públicas na inclusão de alunos com autismo nas escolas, avaliando a eficácia dessas políticas e os desafios enfrentados na implementação delas. A metodologia adotada foi qualitativa e exploratória, com a participação de 23 profissionais da educação, incluindo professores, coordenadores pedagógicos, psicólogos escolares e assistentes sociais. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, e os dados foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo. Os resultados indicaram que, apesar dos avanços nas políticas públicas, ainda existem barreiras significativas, como a falta de formação específica dos professores, a carência de infraestrutura adequada nas escolas e a resistência de alguns educadores à inclusão. No entanto, foram observadas boas práticas em escolas que investiram na formação continuada dos profissionais e na criação de um ambiente colaborativo. A conclusão aponta que a efetiva inclusão de alunos com autismo depende de uma abordagem integrada, envolvendo a qualificação dos educadores, a adaptação do currículo e a garantia de recursos adequados, além de um maior acompanhamento e fiscalização das políticas públicas. Assim, é necessário um esforço conjunto

entre a escola, as famílias e o poder público para superar as dificuldades e promover uma inclusão mais eficaz e abrangente.

Palavras-chave: *Educação inclusiva; Políticas públicas; Autismo.*

Date of Submission: 17-12-2024 Date of Acceptance: 27-12-2024

I. Introdução

A educação inclusiva é um conceito que tem ganhado destaque nas últimas décadas, sendo considerada um direito fundamental de todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas, cognitivas ou sociais. O princípio da inclusão visa assegurar que alunos com diferentes características e necessidades, incluindo aqueles com deficiências, possam estudar em escolas regulares, com adaptações pedagógicas e estruturais adequadas. No Brasil, esse movimento tem sido pautado por legislações que garantem a inclusão de alunos com deficiência, no entanto, a aplicação prática dessas políticas ainda enfrenta desafios, especialmente no que se refere aos alunos com transtorno do espectro autista (TEA) (Weizenmann; Pezzi; Zanon, 2020).

O autismo, uma condição neuropsiquiátrica caracterizada por dificuldades de comunicação, interação social e padrões restritos de comportamento, exige uma abordagem educacional diferenciada. No Brasil, o número de crianças diagnosticadas com autismo tem aumentado, o que torna ainda mais urgente a adaptação do sistema educacional para atender adequadamente a essa demanda. Embora as escolas públicas e privadas estejam obrigadas a garantir a inclusão de alunos com autismo, muitos profissionais enfrentam dificuldades para implementar metodologias de ensino que atendam às necessidades específicas desses alunos, o que exige um olhar atento das políticas públicas (Vieira Pereira, 2020).

A inclusão de alunos com autismo depende de uma série de fatores, entre os quais se destacam a formação dos professores, a adequação do currículo escolar e a adaptação das estruturas físicas das escolas. No entanto, as políticas públicas têm um papel crucial na criação de um ambiente que permita uma verdadeira inclusão. A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e o Plano Nacional de Educação (PNE) são exemplos de marcos legais que preveem a necessidade de promover uma educação inclusiva, mas a implementação dessas políticas ainda esbarra em obstáculos significativos, como a falta de recursos, a resistência de alguns profissionais e a carência de estratégias pedagógicas adequadas para o atendimento dos alunos com autismo (Tavares; Santos; Freitas, 2016).

A Lei Brasileira de Inclusão, sancionada em 2015, é um dos maiores avanços para a garantia dos direitos das pessoas com deficiência no Brasil. Ela estabelece uma série de medidas para promover a acessibilidade, a formação de professores e a adequação das escolas para garantir uma educação inclusiva. No entanto, a implementação dessa lei no contexto das escolas ainda se mostra desafiadora, especialmente em relação à formação dos profissionais de educação. Muitas vezes, os professores não têm conhecimento ou preparação suficiente para lidar com as especificidades do autismo, o que pode prejudicar o processo de inclusão (Carlotto; Danelichem; Billeberck, 2021).

Além disso, é importante destacar que a inclusão de alunos com autismo não se limita apenas à presença física desses alunos na escola, mas à criação de condições reais para que possam participar ativamente do processo educativo. Isso envolve a adaptação de materiais didáticos, a implementação de recursos tecnológicos e a construção de uma cultura escolar que respeite e valorize as diferenças. Nesse contexto, a colaboração entre professores, familiares, profissionais de saúde e gestores escolares é essencial para garantir que os alunos com autismo recebam o suporte necessário para seu desenvolvimento acadêmico e social (Cardozo; Santos, 2020).

O objetivo desta pesquisa é analisar o papel das políticas públicas na inclusão de alunos com autismo nas escolas, buscando avaliar as estratégias adotadas pelas instituições educacionais, identificar os desafios enfrentados e as soluções possíveis para promover uma inclusão mais efetiva. Além disso, a pesquisa busca compreender as experiências de professores, alunos e familiares, a fim de identificar pontos críticos que precisam ser melhorados nas políticas públicas existentes.

A relevância desta pesquisa está no fato de que, ao discutir a efetividade das políticas públicas na inclusão de alunos com autismo, ela contribui para o aprimoramento das práticas educacionais e das políticas governamentais. Ao identificar as falhas nas abordagens atuais, é possível propor novas direções que tornem o processo de inclusão mais eficiente e sustentável, assegurando que todos os alunos, independentemente de suas condições, possam ter acesso a uma educação de qualidade. Isso reflete diretamente no processo de transformação social, promovendo uma sociedade mais justa e igualitária.

II. Materiais E Métodos

A pesquisa foi conduzida com o intuito de analisar o papel das políticas públicas na inclusão de alunos com autismo nas escolas, adotando uma abordagem qualitativa e exploratória. Essa abordagem foi escolhida devido ao caráter investigativo do estudo, que buscou compreender as experiências, percepções e práticas dos profissionais envolvidos no processo de inclusão. A pesquisa não teve a intenção de quantificar dados, mas sim de explorar profundamente as realidades vivenciadas nas escolas, proporcionando uma visão detalhada e enriquecedora sobre o tema.

A amostra da pesquisa foi composta por 23 profissionais da educação, entre os quais estavam professores, coordenadores pedagógicos, psicólogos escolares e assistentes sociais. Esses profissionais foram selecionados por sua experiência direta no atendimento a alunos com autismo, em escolas públicas e privadas, localizadas em diferentes regiões do Brasil. A escolha dessa amostra teve como objetivo garantir uma diversidade de perspectivas e experiências, permitindo uma análise mais abrangente das práticas educacionais e das políticas públicas implementadas.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, que possibilitaram uma interação mais profunda com os participantes, permitindo-lhes expressar suas opiniões e experiências de maneira livre, mas também com o direcionamento de questões específicas sobre a inclusão de alunos com autismo nas escolas. As entrevistas foram realizadas presencialmente e, quando necessário, de forma remota, garantindo a flexibilidade necessária para alcançar os profissionais de diferentes localidades. Durante as entrevistas, foram abordados temas como a formação dos professores, a adequação das metodologias pedagógicas, os desafios encontrados no processo de inclusão e a percepção dos profissionais sobre a efetividade das políticas públicas voltadas para esse público.

Após a coleta dos dados, foi realizada uma análise qualitativa, com a utilização da técnica de análise de conteúdo, que envolveu a organização e interpretação das falas dos participantes. As entrevistas foram transcritas e, em seguida, categorizadas de acordo com os principais temas emergentes, como a falta de formação específica dos professores, a insuficiência de recursos materiais, a resistência a práticas inclusivas e as estratégias utilizadas nas escolas para atender alunos com autismo. A análise das respostas permitiu identificar padrões nas percepções dos profissionais, além de destacar as dificuldades e as boas práticas no processo de inclusão educacional.

III. Resultados E Discussões

Os resultados e a análise dos dados coletados nas entrevistas com 23 profissionais da educação revelaram uma série de pontos significativos sobre o processo de inclusão de alunos com autismo nas escolas. As respostas dos participantes indicaram tanto avanços no que se refere à conscientização sobre a importância da inclusão quanto dificuldades práticas relacionadas à implementação das políticas públicas. A análise qualitativa das entrevistas, realizada por meio da técnica de análise de conteúdo, possibilitou uma visão detalhada sobre as barreiras e estratégias adotadas pelas escolas, além das percepções dos profissionais acerca das políticas públicas existentes.

Um dos primeiros aspectos que se destacou foi a falta de formação adequada dos professores para lidar com alunos com autismo. Segundo os respondentes E03 e E09, "há uma enorme deficiência na formação inicial dos docentes sobre o transtorno do espectro autista", sendo comum que os professores recebam informações mínimas durante a formação pedagógica, o que impacta diretamente na qualidade do atendimento. E09 destacou: "Em minha formação, não tive uma disciplina específica sobre autismo. Fui aprender na prática, o que é muito desafiador para o aluno e para o professor." Essa carência de formação especializada é apontada como um dos maiores obstáculos para a efetiva inclusão de alunos com autismo.

A falta de conhecimento sobre o transtorno foi mencionada por diversos outros profissionais, como E11 e E16, que ressaltaram que, embora as escolas estejam cada vez mais abertas à ideia da inclusão, a realidade é que muitos educadores não têm a base necessária para identificar e lidar com as necessidades específicas de alunos com autismo. E11 afirmou: "Falta uma preparação mais específica. Cada aluno com autismo é único, e a falta de capacitação dificulta a adaptação das atividades de ensino."

Por outro lado, alguns profissionais relataram experiências positivas quando receberam formação continuada, ou quando participaram de workshops e cursos sobre o tema. E17, por exemplo, relatou: "Participei de um curso de capacitação e isso fez toda a diferença. Agora, entendo melhor as necessidades dos alunos com autismo e posso utilizar estratégias mais eficazes no dia a dia escolar." A formação contínua parece ser uma das chaves para melhorar a inclusão, mas ainda é uma prática pouco disseminada nas escolas, especialmente nas públicas.

Outro ponto relevante que surgiu durante as entrevistas foi a questão da infraestrutura escolar. De acordo com os relatos, muitas escolas ainda não estão adequadas para receber alunos com autismo, o que se reflete em dificuldades tanto no aspecto físico quanto no pedagógico. E05 destacou: "A escola precisa ter espaços mais adaptáveis, com ambientes mais calmos, onde os alunos possam se concentrar sem as distrações

típicas de uma sala convencional." A falta de infraestrutura adequada para garantir a inclusão dos alunos com autismo foi uma preocupação comum entre os respondentes.

A adaptação do currículo e das atividades escolares também se revelou um desafio importante. Segundo E12, "o currículo tradicional nem sempre atende às necessidades dos alunos com autismo. Muitas vezes, é preciso repensá-lo para incluir atividades que ajudem na socialização e no desenvolvimento de habilidades comunicativas." Alguns profissionais, como E08 e E14, mencionaram a importância de um currículo flexível, que possa ser adaptado às necessidades individuais dos alunos, sem perder a qualidade do ensino oferecido aos demais estudantes.

Em relação à adaptação pedagógica, alguns professores afirmaram ter utilizado métodos alternativos de ensino, como o uso de tecnologias assistivas e materiais concretos. E13 relatou: "Uso cartões e imagens para facilitar a comunicação dos alunos com autismo, principalmente para aqueles que têm dificuldades de verbalização. Esses recursos têm funcionado bem para que eles participem mais ativamente das aulas." A utilização de tecnologias assistivas, como softwares de comunicação alternativa, foi apontada como uma ferramenta valiosa, mas ainda pouco implementada na maioria das escolas.

A colaboração entre os profissionais da educação também foi um tema recorrente nas entrevistas. De acordo com E02 e E07, a troca de informações e o trabalho em equipe são essenciais para garantir que os alunos com autismo recebam o suporte necessário. E02 mencionou: "No nosso caso, temos um trabalho colaborativo entre professores, psicólogos e assistentes sociais. Isso faz uma grande diferença, pois podemos discutir estratégias e ajustar a abordagem conforme a necessidade de cada aluno." Contudo, nem todas as escolas possuem esse trabalho em equipe estruturado, e muitos profissionais relatam a falta de comunicação entre os diferentes setores da escola, o que compromete a efetividade das práticas inclusivas.

Outro ponto relevante foi a percepção dos profissionais sobre a eficácia das políticas públicas de inclusão. Segundo os respondentes E04 e E10, embora as políticas públicas sejam positivas em sua essência, a implementação ainda é falha em muitos aspectos. E04 afirmou: "As políticas públicas de inclusão são ótimas no papel, mas na prática elas são mal implementadas. Falta um acompanhamento mais próximo da execução das ações, o que dificulta a eficácia delas." E10 complementou: "Existem recursos previstos, mas na hora de colocar em prática, muitas vezes eles não chegam até as escolas ou chegam de forma inadequada."

Por outro lado, alguns profissionais expressaram uma visão mais otimista sobre o impacto das políticas públicas, especialmente quando houve investimentos em formação e recursos pedagógicos. E06 comentou: "Nos últimos anos, percebi que houve um aumento no número de materiais e recursos disponibilizados pelo governo, o que ajudou bastante. No entanto, ainda falta mais apoio psicológico e pedagógico." A percepção de que as políticas públicas são úteis, mas ainda precisam ser aprimoradas, foi uma tendência entre os entrevistados.

A resistência à inclusão também foi mencionada por alguns profissionais, especialmente em relação a colegas de trabalho que não compartilham a visão inclusiva. E15 afirmou: "Alguns professores ainda têm resistência em trabalhar com alunos com autismo. Eles acreditam que não têm capacidade de lidar com as dificuldades dos alunos, e isso dificulta muito a inclusão." A resistência, muitas vezes, está ligada à falta de capacitação e de compreensão sobre o autismo, mas também à sobrecarga de trabalho dos professores, que se sentem inseguros diante das demandas extras.

No entanto, relatos de experiências bem-sucedidas de inclusão também foram compartilhados. E01, por exemplo, destacou: "Tenho um aluno com autismo na minha turma e, com o tempo, conseguimos desenvolver uma relação de confiança. Ele evoluiu muito, principalmente na parte de comunicação, e isso me mostrou que, quando a escola se organiza para isso, a inclusão funciona." Esses relatos positivos reforçam a ideia de que a inclusão é possível, desde que haja esforço, planejamento e o suporte adequado.

A interação social também foi um tema importante nas entrevistas, com muitos profissionais relatando que os alunos com autismo enfrentam dificuldades em se socializar com os colegas. E03 comentou: "O aluno com autismo, muitas vezes, tem dificuldade de compreender normas sociais e interagir com os outros. Isso exige um acompanhamento mais próximo e atividades direcionadas." Nesse sentido, a mediação de um profissional especializado, como um psicopedagogo, foi citada como fundamental para ajudar esses alunos a desenvolverem habilidades sociais.

A percepção sobre o impacto das políticas públicas na inclusão de alunos com autismo varia conforme o contexto. E16, por exemplo, destacou que "as políticas públicas têm se expandido ao longo dos anos, mas o que falta é um maior controle e fiscalização das ações, além de maior investimento em formação contínua para os profissionais." Já E19, por sua vez, acreditou que "as políticas são um bom começo, mas o desafio está em torná-las mais eficazes na prática, com mais recursos e maior apoio às escolas."

Por fim, os participantes também foram questionados sobre o papel das famílias na inclusão. E05 destacou que "a parceria com as famílias é essencial, pois elas são as principais responsáveis por informar sobre as necessidades do aluno e ajudar a escola a implementar estratégias eficazes." Muitos profissionais destacaram que a comunicação constante com as famílias ajuda a melhorar a adaptação do aluno ao ambiente escolar.

A análise dos dados revela que a inclusão de alunos com autismo nas escolas é um processo complexo e multifacetado. Embora existam desafios significativos relacionados à formação dos professores, à infraestrutura das escolas e à resistência à inclusão, também foram observadas boas práticas e avanços. A implementação das políticas públicas, embora positiva, ainda carece de ajustes e de um acompanhamento mais próximo, para que os recursos e as orientações cheguem de fato às escolas de maneira eficaz. A pesquisa mostrou que a inclusão só será efetiva se houver um esforço conjunto entre os profissionais da educação, as famílias e o poder público.

IV. Conclusão

A conclusão desta pesquisa revela que, embora as políticas públicas voltadas para a inclusão de alunos com autismo nas escolas tenham avançado nos últimos anos, a implementação efetiva dessas políticas ainda enfrenta desafios significativos. A análise dos dados coletados demonstrou que, apesar da existência de leis e diretrizes que asseguram os direitos de alunos com autismo à educação, muitos aspectos da prática educacional ainda carecem de aprimoramento. As principais dificuldades relatadas pelos profissionais envolvem a formação insuficiente dos professores, a falta de infraestrutura adequada nas escolas e a resistência, por parte de alguns educadores, em adotar práticas inclusivas (Lima et al., 2020; Lima; Domingues Junior; Gomes, 2023; Lima; Domingues Junior; Silva, 2024; Lima; Domingues Junior; Silva, 2024; Lima; Silva; Domingues Júnior, 2024).

A falta de capacitação específica para lidar com as necessidades dos alunos com autismo foi apontada como um dos maiores obstáculos, dificultando a adaptação do currículo e das metodologias pedagógicas. A formação contínua dos educadores surge como uma necessidade urgente, pois, quando os profissionais têm acesso a cursos e materiais de apoio, observam melhorias no atendimento e no desenvolvimento dos alunos com autismo. Isso indica que a qualificação docente pode ser um fator decisivo para a efetividade da inclusão.

Além disso, a pesquisa evidenciou que a colaboração entre diferentes profissionais da escola, como professores, psicólogos e assistentes sociais, é essencial para garantir o suporte adequado aos alunos com autismo. Embora esse trabalho colaborativo tenha sido identificado como uma boa prática em algumas instituições, ele ainda é incipiente em muitas escolas, o que compromete a eficácia das ações de inclusão. A falta de integração entre os diversos setores da escola e a escassez de recursos materiais também foram fatores limitantes para a criação de ambientes adequados à inclusão de alunos com autismo.

Os profissionais entrevistados também destacaram que, apesar das políticas públicas existentes, sua implementação é muitas vezes desigual, variando conforme a região e a gestão das escolas. A falta de fiscalização e acompanhamento efetivo das ações de inclusão, bem como a escassez de investimentos em recursos pedagógicos e tecnologias assistivas, são pontos críticos que precisam ser endereçados para garantir a inclusão plena de alunos com autismo. Ainda assim, foram observadas experiências positivas em algumas escolas que adotaram práticas inclusivas eficazes, demonstrando que a inclusão é possível quando há um esforço coordenado entre a escola, as famílias e o poder público. Essas experiências bem-sucedidas indicam que, com o suporte adequado, os alunos com autismo podem desenvolver suas potencialidades acadêmicas e sociais, enriquecendo o ambiente escolar para todos.

Portanto, os resultados desta pesquisa sugerem que a inclusão de alunos com autismo nas escolas depende de uma abordagem holística e integrada, que envolva a formação contínua dos profissionais, a adaptação da infraestrutura escolar, o uso de tecnologias assistivas e, principalmente, um compromisso efetivo das políticas públicas com a realidade do contexto escolar. A superação dos desafios identificados passa por uma maior articulação entre os diferentes atores da educação, além de um foco contínuo na garantia de recursos e no acompanhamento da implementação das políticas. Dessa forma, será possível avançar na criação de um sistema educacional verdadeiramente inclusivo, que atenda às necessidades de todos os alunos, respeitando e valorizando suas diferenças.

Referências

[1] Cardozo, P. R.; Santos, A. M. A Criança Com Tea: O Ingresso No Ensino Fundamental Em Meio A Pandemia. Brazilian Journal Of Development, 6(7), 46193–46201, 2020.

[2] Carlotto, S.; Danelichem, M. R. A.; Billerbeck, G. C. A Inclusão Do Aluno Autista Na Escola Comum: Desafios E Possibilidades. Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação. São Paulo, V.7, N.10. Out. 2021

[3] Lima, L. A. O. Et Al. Quality Of Life At Work In A Ready Care Unit In Brazil During The Covid-19 Pandemic. International Journal Of Research -Granthaalayah, [S. L.], V. 8, N. 9, P. 318–327, 2020. Doi: Https://Doi.Org/10.29121/Granthaalayah.V8.I

[4] 9.2020.1243

[5] Lima, L. A. O.; Domingues Junior, Gomes, O. V. O. Saúde Mental E Esgotamento Profissional: Um Estudo Qualitativo Sobre Os Fatores Associados À Síndrome De Burnout Entre Profissionais Da Saúde. Boletim De Conjuntura Boca, 2023. Https://Doi.Org/10.5281/Zenodo.10198981

[6] Lima, L. A. O.; Domingues Junior, P. L. ; Silva, L. L. . Estresse Ocupacional Em Período Pandêmico E As Relações Existentes Com Os Acidentes Laborais: Estudo De Caso Em Uma Indústria Alimentícia. Rgo. Revista Gestão Organizacional (Online), V. 17, P. 34-47, 2024. Https://Doi.Org/10.22277/Rgo.V17i1.7484

[7] Lima, L. A. O.; Domingues Junior, P. L ; Silva, R. T. . Applicability Of The Servqual Scale For Analyzing The Perceived Quality Of Public Health Services During The Covid-19 Pandemic In The Municipality Of Três Rios/Rj, Brazil. International Journal Of Managerial Studies And Research (Ijmsr), V. 12, P. 17-18, 2024. Https://Doi.Org/10.20431/2349-0349.1208003

[8] Lima, L. A. O; Silva, L. L.; Domingues Júnior, P. L. Qualidade De Vida No Trabalho Segundo As Percepções Dos Funcionários Públicos De Uma Unidade Básica De Saúde (Ubs). Revista De Carreiras E Pessoas, V. 14, P. 346-359, 2024. Https://Doi.Org/10.23925/Recape.V14i2.60020

[9] Tavares, L. M. F. L.; Santos, L. M. M.; Freitas, M. N. C. A Educação Inclusiva: Um Estudo Sobre A Formação Docente. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, V. 22, N. 4, P. 527-542, Out.-Dez., 2016.

[10] Vieira, J. N.; Pereira, M. P. M. A Inclusão Escolar Do Aluno Autista: Algumas Considerações. Ciência: Gerenciais Em Foco, V. 11, N. 9, 2020.

[11] Weizenmann, L. S.; Pezzi, F. A. S.; Zanon, R. B. Inclusão Escolar E Autismo: Sentimentos E Práticas Docentes. Psicologia Escolar E Educacional, V. 24, 2020.